



Argumentum

E-ISSN: 2176-9575

revistaargumentum@ufes.br

Universidade Federal do Espírito Santo
Brasil

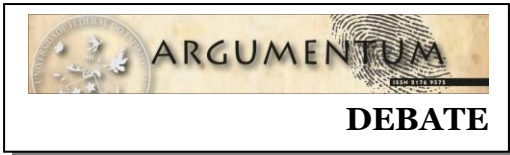
de Moraes dos SANTOS, Silvana Mara
Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo
Argumentum, vol. 9, núm. 1, enero-abril, 2017, pp. 8-20
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475555259012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo

Sexual diversity: a source of oppression and liberty in capitalism

Silvana Mara de Moraes dos SANTOS¹

Introdução

O tema proposto para debate pela Revista Argumentum nos remete a várias possibilidades de abordagem, visto que, historicamente e no momento atual, a questão da diversidade sexual apresenta-se como um solo favorável à reprodução de opressão e de violação de direitos, constituindo-se, também, produto da individuação, da liberdade e do aprimoramento humano.

Fizemos escolhas na intenção de explicitar neste breve artigo como a dialética opressão e liberdade, ao invés de reproduzir lógica binária, projeta o debate para a apreensão das determinações que incidem na vida real dos indivíduos, forjando resistências e práticas que problematizam o preconceito e a discriminação e desafiam as profissões e os sujeitos políticos organizados à elaboração de estratégias de enfrentamento que não permitam sucumbir ganhos históricos e conquistas civilizatórias e, ao mesmo tempo, forneçam alicerce para a crítica radical à sociabilidade capitalista.

Nosso objetivo, neste artigo, é socializar elementos reflexivos² que contribuam no entendimento da diversidade sexual a partir da perspectiva de totalidade na análise da vida social.³ Tal questão emergiu como um problema real mediante as situações concretas de opressão e de violação de direitos vivenciadas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) e da visibilidade acadêmica e política de que a defesa da diversidade sexual nos leva, inevitavelmente, às fileiras do pensamento fragmentário, da fixação na singularidade, privilegiando a construção meramente discursiva da realidade. A perspectiva de totalidade é, neste sentido, outro caminho teórico-metodológico que, por um conjunto de mediações, possibilita a apreensão e o conhecimento da realidade em sua densidade histórica, contradições e aberta à dinâmica da luta de classes.

Questões se desdobraram: em que medida conceder atenção teórica e política à diversidade sexual significa ruptura com a totalidade social? O reconhecimento da diversidade humana

¹ Professora adjunta dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal (RN), Brasil). Campus Universitário, Lagoa Nova, Caixa postal 1524, Natal (RN), CEP.: 59078-970. E-mail: <silufrn@gmail.com>.

² As reflexões aqui apresentadas resultam de estudos desenvolvidos na pesquisa *Esquerda e diversidade sexual no Brasil* coordenada por mim que faz parte da pesquisa integrada sobre *Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e política social* que reúne pesquisadoras (es) vinculadas a grupos de pesquisa da UnB; UERJ e UFRN por meio do projeto PROCAD/CAPEES.

³ Situiremos, nos limites deste artigo, alguns pressupostos e elementos reflexivos. O tema exige desdobramentos e aprofundamentos que escapam as possibilidades neste momento.

resulta, necessariamente, em particularismos e inviabiliza a crítica à sociedade capitalista e a defesa de um projeto societário voltado à construção de indivíduos substantivamente livres, diversos e iguais? Qual a relevância social das práticas políticas que visam o enfrentamento, no tempo presente, das variadas formas de preconceito, discriminação e violação de direitos em relação à orientação sexual e à identidade de gênero? Quais desafios estão postos no momento atual com a finalidade de resistir frente ao avanço do conservadorismo, grande obstáculo à diversidade sexual?

O ponto de partida é, portanto, os indivíduos em suas relações concretas de existência. Não se trata de aprisionar a diversidade sexual em subjetividades móveis que viveriam suas alegrias e infortúnios a partir exclusivamente de um suposto *estado do eu*, ou seja, do indivíduo exilado das relações sociais e circunscrito aos desejos, questionamentos e angústias pessoais, como se tudo isto não guardasse relação com a sociabilidade.

Assim, numa análise centrada na totalidade social, embora a sexualidade humana seja algo próprio da individualidade, posto que somente nesta dimensão, as experiências e sentimentos são vivenciados, esta individualidade se constrói e só pode ser entendida nas trilhas do processo histórico, pois como assinala Lessa (2012):

[...] a história humana não é a evolução biológica do *homo sapiens* - é a história de como as relações sociais se desenvolveram para, com um esforço cada vez menor, transformar a natureza naquilo de que se necessita. Este desenvolvimento é, articuladamente, o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades. Como não há sociedade sem indivíduos, nem indivíduos fora das sociedades, também não há desenvolvimento social que não interfira no desenvolvimento dos indivíduos. E analogamente, não há desenvolvimento dos indivíduos que não tenha algum impacto sobre o desenvolvimento social (LESSA, 2012, p. 16).

São cinco os pressupostos que orientam a reflexão aqui proposta e ainda que não tenhamos condições de desenvolvê-los é fundamental apresentá-los como fio condutor de nosso entendimento sobre diversidade. Primeiro pressuposto: com o trabalho, os indivíduos iniciam o processo de reprodução social e na interação com a natureza, transformando-a e transformando-se, abrem um mundo inteiramente diferente do mundo natural, que é o universo do ser social. O trabalho, enquanto atividade que permite, de modo progressivo, o desenvolvimento social, por meio do afastamento das barreiras naturais, produz valores de uso e está na base última da personalidade. Isto significa, nos termos de Costa (2007, p. 19), em sua leitura lukácsiana que “[...] a personalidade resulta da elevação das capacidades humanas como consequência indireta do desenvolvimento do processo de trabalho e, mesmo que por muitas mediações, tem sempre o trabalho como sua base ontológica fundamental”⁴. Isto posto, sabemos das complexas articulações que se apresentam no processo de individuação, sendo a mais significativa aqui, o fato do indivíduo ser ontologicamente ser singular e ser genérico.

O segundo pressuposto refere-se as complexas relações entre o Estado, a propriedade privada e o casamento monogâmico/família monogâmica que se tornaram fundamentais à reprodução das sociedades de classe ao produzir conquistas individuais e societárias importantes para o florescimento dos indivíduos. Segundo Lessa (2012), “[...] não há

⁴ Para o aprofundamento de tal pressuposto, Cf. Costa (2007); Tertulian(2004).

dimensão da personalidade das pessoas que não tenha sido alterada pelo surgimento da família monogâmica” (LESSA, 2012, p. 31). Contudo, a partir de determinadas condições de desenvolvimento do capitalismo, tais complexos aprofundam estados de alienação e se transmutaram em obstáculos poderosos à vigência dessas mesmas conquistas⁵ e este é o momento histórico em que vivemos.

Como terceiro pressuposto temos que o entendimento da diversidade humana não se traduz como mera consequência política das reivindicações dos movimentos sociais (especialmente os movimentos: feministas, de combate ao racismo; por liberdade de orientação sexual, identidade de gênero e ambientais) notadamente a partir da década de 1960 em nível mundial, mas é entendida como característica que se apresenta no processo de individuação, frente às exigências postas na divisão social do trabalho⁶ e no desenvolvimento do gênero humano. A realidade de auto-organização dos sujeitos e movimentos políticos anteriormente citados foi e permanece vital na problematização de preconceitos e discriminações, na crítica à naturalização, na vida cotidiana, de práticas opressivas que estão historicamente consolidadas e na explicitação de novas questões, constituindo-se, assim, em nosso quarto pressuposto.

Por fim, como quinto pressuposto merece destacar a natureza das particularidades da realidade brasileira. Sociedade de capitalismo periférico tem, na sua formação sócio histórica a articulação entre capitalismo, racismo e patriarcado, que torna os indivíduos, mediante profundo desenvolvimento das forças produtivas, cada vez mais dilacerados, despotencializados e extraviados de sua humanidade e diversidade. Isso porque o racismo e o patriarcado se tornaram funcionais às relações sociais capitalistas.

1 Elementos de crítica às formas reducionistas que obstaculizam o entendimento da diversidade

São muitas as simplificações que direta ou indiretamente favoreceram a lógica de negação e/ou de obstáculo à vigência da diversidade como condição relevante da individualidade. Destacamos o economicismo, o politicismo e a noção do *politicamente correto* em face das implicações que geram no entendimento da diversidade sexual.

No ambiente da tradição marxista há uma vasta bibliografia que elucida as deformações teórico e políticas provocadas pelo economicismo⁷, amplamente caracterizado como um tipo de pensamento e prática determinista, instaurado na tradição marxista e em segmentos do movimento socialista, por meio, dentre outras, das formulações realizadas por Kautsky e posteriormente por Stalin. Funciona como uma espécie de *invasão positivista*⁸. Dias (2002, p. 137) contribui para decifrar o economicismo quando afirma que por meio deste:

O conceito de modo de produção apaga o de formação social e é tomado como uma abstração que tende a coincidir com o real. Este aparece reduzido à esfera do

⁵ Para uma análise ontológico-histórica deste processo, dentre outros, Cf. Lessa (2012) e Tonet (2013).

⁶ Cf. Santos (2008).

⁷ Para citar algumas referências: Netto (1981); Andreucci (1982); Hobsbawm (1982); Gramsci (2001); Dias (2002) e a valiosa obra de Lukács possibilitam o entendimento dos limites e da necessária crítica ao economicismo.

⁸ Cf. Quiroga (1991).

'econômico', o conjunto de forças produtivas e relações de produção. As forças produtivas são pensadas como tecnologia e apresentadas como base e motor da história. O marxismo é, assim, mutilado, transformado em um conjunto de dogmas. De redução em redução, cai-se na famosa contradição trabalho-capital, tomada abstrata e universalmente [...]. Todas as demais contradições acabam por 'desaparecer', apresentando-se como epifenômeno. Reduz-se a totalidade do social a 'partes' autonomizadas (DIAS, 2002, p. 137).

O marxismo da II Internacional, como o economicismo foi identificado, entende a obra de Marx "[...] como uma sociologia científica que desvenda os mecanismos da evolução social a partir da análise da situação econômica" (NETTO, 1981, p. 19). Isto posto, podemos afirmar que segmentos expressivos da esquerda, no mundo e também na realidade brasileira, operaram a partir dos fundamentos economicistas.

Não temos o objetivo de apreciar as questões, polêmicas e o movimento histórico próprio dos sujeitos individuais e coletivos que protagonizaram o denominado marxismo vulgar. O que nos interessa destacar, neste momento, são as implicações que o economicismo gerou e que repercutem no debate sobre diversidade sexual, por eliminar mediações na apreensão de complexos sociais como o direito, a cultura e a subjetividade, tornando-os epifenômenos do modo de produção capitalista. Podemos, assim, enumerar alguns problemas que a partir dos fundamentos economicistas incidem no tema da diversidade, quais sejam:

- simplificação brutal no entendimento da individualidade que é subsumida a uma noção economicista de classe social, que tende a absorver e a diluir, na desqualificação política, as grandes questões que permeiam a relação entre consciência e realidade ou sobre o papel ativo da consciência no mundo real;
- classificação do debate e da realidade em torno da cultura e das questões referidas à alienação no terreno antirrevolucionário ou, no mínimo, considerado algo de menor relevância e preocupação social, que não deveriam ser priorizados na reflexão teórica e na agenda política;
- instituição de um modo de apreensão das lutas sociais fora da história de modo idealista, o que levou a caracterização mecânica de lutas gerais e específicas, estas últimas vistas como de potencial de baixa densidade de importância, dada a incapacidade de gerar consciência de classe e conduzir os indivíduos a desvios da rota revolucionária;
- confinação do direito e da política às determinações econômicas;
- vulgarização da teoria que é tratada a partir das injunções imediatas da luta política.

Os problemas oriundos do economicismo se reatualizam até os dias atuais, embora tenham sido objeto de crítica no debate clássico do marxismo, por meio da obra de Gramsci, Lukács e Ernest Bloch que produziram reflexões significativas as quais serviram, inclusive, de base para a afirmação de que no pensamento de Marx, que nada tem de economicista, é possível desdobrar uma teoria marxiana da subjetividade (TERTURLIAN, 2004). A partir das décadas de 1960 em diante, ganha bastante visibilidade reflexões críticas ao economicismo, especialmente por meio, dentre outros, dos movimentos sociais e sujeitos políticos que se organizaram em defesa da liberdade, das sexualidades e dos movimentos feministas, posteriormente tal questão alcançou, também, os movimentos em defesa dos direitos do trabalho.

A novidade principal desse debate nesse momento contemporâneo incide sobre a estreita relação que é estabelecida entre marxismo e economicismo, desconsiderando, em larga medida, as reflexões críticas a este último oriundas do seio da própria tradição marxista. Chama atenção o fato de alguns críticos do marxismo terem reduzido o pensamento de Marx e o conjunto da tradição marxista à concepção determinista da história.

Outra forma reducionista que traz implicações à concepção de diversidade sexual refere-se ao politicismo. Em linhas bem gerais é bastante previsível que interpretações economicistas gerassem práticas de resistência. Observando o debate contemporâneo, para fins de síntese, caracterizamos o politicismo como um amplo movimento teórico e político que, ao reagir ao economicismo, assume a perspectiva de que a realidade se reduz à política. A política como centralidade na vida social⁹ levou “[...] a diluição, o desossamento do todo, a sua liquefação em propostas abstratamente situadas apenas no universo das regras institucionais” (CHASIN, 1977, p. 146). Apesar da crítica ao economicismo permanece o grande desafio em combinar ação política com pensamento crítico.

A análise centrada na política em detrimento da perspectiva de totalidade no entendimento da vida social se destaca no universo das reflexões sobre a organização política da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, repercutindo fortemente, também, nas práticas de vários sujeitos políticos e organizações coletivas.

Segmentos expressivos da esquerda e da intelectualidade distanciaram, como se fosse possível, a vida cotidiana do sistema do capital. Apanhar as determinações recíprocas entre os complexos sociais da política, do direito, da cultura e a totalidade social tornou-se para estes segmentos algo não apenas desnecessário, mas até equivocado. Sobressai a tendência de autonomizar indivíduos, processos, relações e complexos sociais parciais de suas determinações societárias.

As polêmicas e simplificações que emergem do politicismo não deixam dúvidas da prevalência do pensamento liberal quando a política assume a centralidade da política na vida social. Lembremos aqui dos estudos de Mészáros (2002, p. 22) quando adverte que “[...] opera-se um esforço grandioso nas tentativas de transformar o trabalho, de adversário estruturalmente inconciliável, no cúmplice dócil do capital”. Nesta perspectiva, Wood (2003) afirma que

[...] no exato momento em que se necessita urgentemente de uma compreensão crítica do sistema capitalista, grandes seções da esquerda intelectual, em vez de desenvolver, enriquecer e refinar os instrumentos conceituais necessários dão amplos sinais de que pretendem abandoná-los (WOOD, 2003, p. 13).

E Dias (2002) evidencia crítica contundente ao pensamento liberal ao sentenciar: “[...] o capitalismo passou a aparecer cada vez mais não apenas como vitorioso, mas como a única forma societária possível” (DIAS, 2002, p. 138).

Os principais problemas que assinalamos a partir dos fundamentos politicistas que incidem no tema da diversidade são:

⁹ Para análise crítica da centralidade da política na vida social Cf., dentre outros, Tonet (2005) e Tonet e Nascimento (2009).

- perda do referencial ontológico-histórico da centralidade do trabalho na vida social;
- desconsideração das mudanças ocorridas na produção da vida material mediante a crise estrutural do capital e as implicações e desdobramentos na vida cotidiana e na subjetividade dos indivíduos;
- fixação na luta eleitoral para a conquista do poder político do Estado e suas instituições em detrimento da valorização das lutas sociais;
- apologia do parlamento como espaço de resolução das violações de direitos e formas de opressão;
- consagração da igualdade de oportunidade¹⁰ e judicialização das reivindicações como meta que deve ser alcançada por mulheres, LGBT; população negra e demais sujeitos que sofrem violação de direitos a partir do extravio de sua diversidade.

Do ponto de vista histórico, nas últimas décadas, sob a centralidade das análises politicistas, sobressai em praticamente todas as latitudes, dos países centrais à realidade dos países de capitalismo periférico, denúncias sobre a institucionalização da violência e de violação dos direitos referentes ao não reconhecimento da diversidade sexual. Os ambientes do trabalho, da educação, da saúde, da família, de lazer, transporte, todos se revelam permeáveis à LGTBfobia.

Assim, movimentos políticos (atos, paradas, articulação de indivíduos e grupos nas redes sociais) tendem a se multiplicar. As interpretações teóricas sobre a diversidade sexual também ganham estatuto de legitimidade acadêmica e as manifestações políticas apesar de denunciarem o conservadorismo vigente nos dias atuais, de modo prevalecente, não se referem às relações sociais do mundo do capital.

É neste caldo de expressões as mais variadas e de visibilidade social sobre a diversidade sexual que se consolida outra forma de reducionismo: trata-se do *politicamente correto* que surge no cenário das discussões relacionadas à diversidade, notadamente, no Brasil a partir da década de 1990. Não se trata aqui de entrarmos nas polêmicas sobre as origens do termo nem de estabelecer separação entre grupos defensores do uso de uma linguagem politicamente correta e grupos de detratores. Nosso objetivo é tão somente situar a importância, porém insuficiência, deste tipo de linguagem para assegurar direitos e respeito à diversidade humana e sexual.

O uso do *politicamente correto* integra um modo de entendimento da realidade que se insere no universo da linguagem, pluralidades de espaço, cultura e discursos. A linguagem, deste ponto de vista, se torna tudo o que é possível conhecer do mundo, sendo por seu intermédio que se estruturam as relações sociais e humanas. Segundo McNally (1999)

Observamos hoje um novo idealismo que contaminou grandes segmentos da esquerda intelectual e que transformou a língua não só em um campo independente, mas em um campo que a tudo satura; uma esfera tão onipresente, tão dominante, que virtualmente extingue a ação humana. Tudo é discurso, entendam; e o discurso é tudo. Uma vez que os seres humanos são criaturas lingüísticas, uma vez que o

¹⁰ Para a crítica da noção de igualdade de oportunidade, Cf., dentre outros, Santos (2010).

mundo onde agimos é conhecido e descrito através da língua, esse novo idealismo alega que nada existe fora dela (MCNALLY, 1999, p. 33).

A crença de que mudando a forma de nomear, chegaríamos ao tratamento igual e respeitoso dos indivíduos e de suas diferenças consiste num dos equívocos desta noção. De outro modo, consideramos que as palavras têm força material e que há uma intencionalidade na forma de nomear, mas isto se explica pelo fato de que “[...] nenhum conhecimento humano nos chega sem mediação, que todo conhecimento é absorvido por meio da língua e da prática social” (WOOD; FOSTER, 1999, p. 11).

Neste sentido é pertinente a defesa do papel ideológico atribuído à linguagem, o que é bem diferente de considerar que mudando a linguagem mudamos a vida. Alteração na linguagem foi e permanece importante, porém, se usada como estratégia principal de enfrentamento das formas de opressão se torna algo profundamente enganoso. Afinal, pela linguagem se reproduz forma de discriminação e de preconceito, mas como a opressão tem acentuado enraizamento sócio-político-cultural não está, exclusivamente, na mudança semântica das palavras, o enfrentamento substantivo dos problemas que possibilitarão transformações reais na vida cotidiana.

É grande o contingente de pessoas que deixaram de usar expressões que representam preconceito, mas nem por isso deixaram, ao mesmo tempo, de alimentar, em suas práticas cotidianas, a cultura de reprodução ideológica da subalternidade e de invisibilizar, por exemplo, os segmentos LGBT, as mulheres e a população negra.

Machismo, misoginia, racismo e LGBTfobia assumem novas e variadas formas de se manifestar e se reproduzir. Quando apropriada pela lógica liberal burguesa, a mudança linguística se transmuta no *politicamente correto*. Ou seja, modifica-se e valoriza-se a linguagem e o discurso, mas, não, na mesma intensidade e direção, o conteúdo das práticas cotidianas em sua historicidade.

Em certa medida a mudança na linguagem é um dado positivo, mas o apelo, em si, ao *politicamente correto* consiste numa espécie de resposta insuficiente e superficial. Sua utilização acontece de forma desconectada da dimensão educativa e societária. Às vezes até é assegurada, de forma parcial, a dimensão educativa como possibilidade de tecer a crítica e superar modos de nomear que foram instituídos como corretos, mas se revelaram preconceituosos. Mas apartada a linguagem e a dimensão educativa das determinações societárias, torna-se praticamente inviável identificar o preconceito como instrumento e sistema ideológico que exerce determinada função social de acordo com interesses dominantes.

[...] O sistema de preconceitos exerce uma função social de controle e dominação. E não é possível romper radicalmente com o sistema social de preconceitos nesta sociedade, pois, para isso, seria preciso superar a separação existente entre os indivíduos e o humano-genérico, a existência de classes sociais e de interesses de dominação de classe, ou seja, superar a sociedade burguesa em sua totalidade. Mas mesmo nessa sociedade, é possível combater o preconceito, individual e coletivamente. Para isso, é preciso entender que a vida cotidiana comporta momentos de ‘suspensão’ temporárias, que permitem ao indivíduo sair de sua singularidade, motivado por exigências de caráter humano-genérico, que ampliam a

sua consciência do 'nós', enriquecendo o indivíduo de valores, motivações e exigências voltadas ao coletivo, à sociedade, à humanidade (BARROCO, 2016, p.20-21).

A dimensão societária se agregada à análise criteriosa possibilitaria demonstrar o quanto o preconceito se instituiu nas relações sociais e se reproduz como um instrumento de ação voltado para a dominação e o controle. O preconceito obstaculiza o desenvolvimento da individualidade, ceifa descobertas e encontra modos contínuos de assegurar sua reprodução. Parece ir sempre mais além. Tem força destrutiva que atua no bloqueio da consciência de que o indivíduo é gênero humano.

O conjunto dessas questões, aliado a muitos outros elementos que são possíveis extrair da leitura da realidade a partir de lentes economicista/politicista e centrada no ideário do *politicamente correto* produziram efeitos deletérios em diferentes planos, destacando-se a produção do conhecimento e a luta política. Temos, portanto, a valiosa tarefa de apreender a concepção de diversidade além dessas formas reducionistas.

2 Diversidade sexual como expressão da diversidade humana

Apresentamos neste momento alguns elementos reflexivos que interagem com as reflexões realizadas em Santos (2008; 2016). Partindo do primeiro pressuposto que apresentamos no início do texto fomos levadas nas reflexões sobre diversidade humana a buscar entendê-la no fluxo de desenvolvimento do processo de sociabilidade e de individuação que se origina no trabalho. Trata-se, portanto, de localizar no trabalho o momento decisivo na constituição da subjetividade. Sobre isso, Tertulian (2004) analisa que:

Lukács também propôs, no ato do trabalho, a distinção entre o momento da objetivação (a *Vergegenständlichung* da qual Marx falava em seus Manuscritos de 1844, associando *Vergegenständlichung* a *Entgegenständlichung*, objetivação e desobjetivação) e o momento de exteriorização (*Entäusserung*); o primeiro traduziria as transformações estabelecidas no mundo dos objetos para torná-los conforme o objetivo pretendido; o segundo, as reverberações destas atividades na constituição da subjetividade, as qualidades especificamente subjetivas que se exprimem no objeto criado (TERTULIAN, 2004, p. 11).

Costa (2007) nos ajuda a pensar quando afirma que “[...] a objetivação é o momento decisivo da sociabilidade enquanto a exteriorização é o veículo mediante o qual tem origem a individuação” (COSTA, 2007, p. 140). Apesar da longa citação, considero fundamental destacar conforme a autora que:

a sociedade capitalista apresenta um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, portanto, das capacidades humanas. Neste estágio de desenvolvimento genérico a individualidade alcança concomitantemente um grau elevado de evolução em termos do afastamento das barreiras naturais. Os indivíduos, conseqüentemente as personalidades, se tornam cada vez mais complexos com o impulso da divisão do trabalho e da complexidade de atividades a requererem uma síntese de suas capacidades singulares. Mas a relação entre o crescimento das forças produtivas e das personalidades se apresenta contraditória e desigual. As alienações operantes na produção e na reprodução da vida social tendem a bloquear e reduzir a personalidade somente ao plano particular do em-si, cuja referência básica se

encontra na aspiração ao ter, à garantia da reprodução material por excelência. Aspiração regida pelas determinações da reprodução social com base em relações de exploração do homem pelo homem¹¹ (COSTA, 2007, p. 157-158).

Vimos, portanto, que, sob a perspectiva de totalidade, o indivíduo é entendido simultaneamente como singular e genérico. Assim, a diversidade humana não é atributo oriundo das lutas sociais. Por intermédio dessas lutas, os indivíduos politizam a diversidade, sendo esta algo que é próprio da individualidade, que se expressa e se altera no desenvolvimento das forças produtivas, considerando as objetivações/exteriorização do ser social que demandam respostas cada vez mais complexas.

Com isto, os indivíduos, no decurso da história, apresentam as mais variadas distinções de classe, geração, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, dentre outras. São distinções que particularizam o modo de ser e estar no mundo dos indivíduos, que explicitam o seu pertencimento como ser singular à universalidade do gênero humano.

Podemos dialogar com uma questão fundamental e que permeia as reflexões no campo da diversidade sexual que se refere a uma perspectiva universal-abstrata de entender os indivíduos e que se torna por isso permeável à opressão. A concepção de indivíduo assinalada anteriormente se distancia desta noção universal-abstrata, posto que os indivíduos são vistos em sua historicidade e, exatamente por isso, se movem entre particularidades. O pensamento liberal abraça este universalismo abstrato ao instituir entendimento de transcendência sobre a história, como se esta existisse independente da ação e dos interesses humanos, seguindo uma espécie de lógica natural, do mercado e do tempo.

A possibilidade das distinções que integram a individualidade desaguiarem em particularismos ocorre justamente em face das determinações sócio históricas. Isso porque o processo de individuação expressa as conquistas societárias em um determinado período histórico, considerando a socialização do patrimônio cultural e subjetivo da humanidade, mas também evidencia as formas de alienação decorrentes de uma sociedade fundada na divisão social do trabalho, na propriedade privada e na exploração da força de trabalho.

Aqui temos uma contradição importante. Ou seja, questões que aprimoram e permitem adensar a constituição subjetiva, a personalidade dos indivíduos e a luta por liberdade podem também aprisionar, amesquinhar e constituir-se em matéria prima, solo fértil à reprodução de formas opressivas e de violação de direitos. A diversidade humana se configura exatamente assim.

Isto remete a uma questão central: na sociedade capitalista não há como desvincular formas de opressão e de violação de direitos da natureza da exploração da força de trabalho e da vigência da propriedade privada. Não há como apreender os obstáculos que geram a LGBTfobia sem examinar as relações que se desdobram da instituição do casamento monogâmico/família monogâmica que marca a produção e reprodução social.

¹¹ Preservamos para fins da citação o uso da expressão homem no sentido genérico conforme assinalado por Costa (2007).

Não se trata de mera vontade e/ou decisão subjetiva para empreender as conexões entre opressão e exploração. Ainda que o pensamento singular não alcance este entendimento ou dele discorde, estas conexões se materializam e acentuam as práticas de discriminação e de extravio da diversidade humana. Prevalece a história e a substância da vida cotidiana e, assim, a essência humana se apresenta como a totalidade das relações sociais. De acordo com Tertulian (2004), a essência humana, neste sentido, contém uma “[...] substância dinâmica [...]” (TERTULIAN, 2004, p. 9), que pode ser alterada pelos indivíduos no decurso do desenvolvimento histórico. Ao invés de determinismo, politicismo ou mera mudança no discurso, numa perspectiva de totalidade, há o entendimento de que os indivíduos fazem a história, mas não em condições escolhidas e definidas por eles.

3 Considerações Finais

Vivemos um período de crise estrutural do capital que se caracteriza por uma produção destrutiva nos termos de Mészáros (2002), que torna visível a deterioração das condições materiais de existência da maioria dos indivíduos; a destruição ambiental, o desemprego e o processo analisado por Lukács (2010) na esteira do pensamento marxiano, caracterizado como *decadência ideológica*.

Considerando este período de *decadência ideológica* sobressai a tendência para pensar a realidade sem a realidade. É o que Coutinho (1972, p. 9) sintetizou: a tarefa ideológica da burguesia “[...] consiste precisamente em negar ou em limitar o papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens”¹² e espriar isto na vida cotidiana com o objetivo de naturalizar o modo destrutivo como o capitalismo trata as necessidades humanas, as relações/condições de trabalho e a natureza.

Com então entender a diversidade sexual sem ater-se às determinações societárias? Como entender e enfrentar as formas opressivas sem conectá-las a estrutura de exploração da sociedade capitalista? Do nosso ponto de vista não há como fazer isto. Assim, a diversidade sexual é apreendida como fonte de opressão e de liberdade. Isso porque os indivíduos em suas respostas ao desenvolvimento social se complexificam, se tornam diversos, desenvolvem suas capacidades, seus afetos e seus desejos e vivenciam o preconceito e a violência de forma bem direta, em suas relações pessoais, familiares e de trabalho, em face, dentre outras, por apresentarem orientação sexual diferente da heterossexualidade e identidade de gênero diferente de suas características biológicas. Outras vezes, não experimentam estas formas opressivas diretamente em sua vida, mas não têm como escapar imunes das implicações de uma sociedade desigual, patriarcal e heterossexista. Certamente, a liberdade se torna mais formal que real mediante esta dinâmica societária.

As práticas políticas no universo de LGBT são importantes porque rompem o silêncio; promovem a auto-organização política dos indivíduos e sinalizam questões e desafios que precisam de resposta. Fazem eclodir as tensões quando denunciam o conservadorismo, que se apresenta em diferentes ambientes institucionais e pessoais, revelando-se funcional ao sistema de reprodução do capital.

¹² Preservamos para fins da citação o uso da expressão homem no sentido genérico conforme assinalado por Coutinho (1972).

Na conjuntura atual, os fundamentos conservadores incidem diretamente em um conjunto de decisões e projetos de leis no congresso nacional. Matérias legislativas de interesse das mulheres e da população LGBT têm sido rejeitadas e o parlamento viola a laicidade do Estado e institui projetos de lei que se direcionam ao não reconhecimento da diversidade humana e sexual. Ademais, as forças conservadoras disseminam em diferentes espaços da vida social uma espécie de destruição subjetiva, moral e política dos indivíduos LGBT e de todos os que questionam o aprisionamento humano em padrões de família, de casamento e de relacionamento afetivo-sexual negadores da diversidade.

Diante de um contexto histórico que exala o quadro de *decadência ideológica* e ao mesmo tempo de reorganização do poder político das classes dominantes no Brasil, são muitos e de natureza distinta os desafios se a finalidade for desencadear resistência e capacidade de luta em defesa da diversidade sexual. Destacamos, do ponto de vista político-organizativo tão somente quatro desafios:

1. tecer fios de comunicação efetiva entre os diferentes sujeitos LGBT, representações políticas da esquerda partidária; intelectuais e outros movimentos sociais, na perspectiva de discutir e analisar criticamente a agenda política de reivindicação;
2. fortalecer as lutas sociais para aprovar leis favoráveis à diversidade sexual e seguir além do espaço parlamentar e judiciário como estratégia de interferir no modo de pensar e de viver, denunciando preconceitos, formas de violência e de violação dos direitos de LGBT; mulheres, população negra etc;
3. fortalecer discussões, lutas sociais, articulações políticas, realização de estudos e pesquisas sobre o tema em suas diferentes possibilidades.
4. discernir em cada momento a direção social das estratégias e das lutas, o que se pretende atingir.

Vimos que no processo de objetivação e exteriorização, os indivíduos e a sociedade se desenvolvem e superam entraves. Os indivíduos expressam um profundo carecimento uns dos outros. Desse modo, aprendem com o trabalho e com as experiências pretéritas; desenvolvem suas capacidades; redefinem perguntas; sentem novas necessidades; respondem aos imperativos da reprodução social e sofrem os constrangimentos da sociedade de classes em seu momento de crise estrutural. São genuinamente diversos, mas estão aprisionados no gênero humano em si. Segundo Tertulian (2004) neste momento, os indivíduos respondem:

[...] aos imperativos da reprodução social sob o signo da coerção e das normas impostas pela organização social reinante (agindo quase sempre ‘sob pena de naufrágio’, ‘bei der strafe des untergangs’, segundo expressão de Marx). Os indivíduos ficariam restritos neste nível a sua pura particularidade enquanto agentes da reprodução social, sem chegar a transgredi-la em direção à verdadeira autonomia de sua personalidade e à autoafirmação de suas qualidades mais humanas. O gênero humano para si exprimiria justamente esta transgressão em direção ao verdadeiro crescimento da personalidade, onde o ‘desenvolvimento das forças humanas’ se transforma, segundo a expressão de Marx, em um ‘fim em si mesmo’ e onde a ação individual adquire uma dimensão universal se inscrevendo no processo de emancipação humana (TERTULIAN, 2004, p. 13).

Existe possibilidade concreta para que os indivíduos transitem no cotidiano livres, diversos e iguais? Os desafios são imensos. Observando atentamente os mais diferentes modos de produção (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo e capitalismo) identifica-se que a instituição das sociedades de classe resultou em transformações radicais na interação entre os indivíduos decorrentes da natureza do trabalho; da divisão social do trabalho, da propriedade privada e da instituição da família monogâmica.

O processo de individuação expressa as conquistas societárias, considerando as possibilidades e dificuldades para a socialização da cultura e entra em colapsos mediante as formas de alienação que bloqueiam a genericidade de acordo com o momento histórico. “Por isso, a propriedade privada, as classes sociais e a violência cotidiana são, no dizer de Marx, ‘determinações reflexivas: uma não existe sem as outras, elementos que são de uma mesma totalidade, a sociedade de classes” (LESSA, 2012, p. 25).

Cada indivíduo carrega em si as determinações das relações sociais a que está inserido. A mercantilização de todas as dimensões da vida social e a desconsideração das reais necessidades dos indivíduos mediante a valorização dos interesses do capital dão o tom do tempo presente, mas também abrem passagem para as contradições. Para que os indivíduos expressem a sua diversidade e liberdade em toda sua densidade histórica, necessitam de relações sociais fundadas na igualdade substantiva que brota do trabalho associado, necessitam da ruptura com o sistema do capital.

Referências

ANDREUCCI, Franco. A difusão e a vulgarização do marxismo. In: HOBBSAWN, Eric J. et al. **História do Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARROCO, M. L. S. **O que é preconceito**. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): Brasília, 2016. (Assistente social no combate ao preconceito, Caderno 1).

CHASIN, J. A politização da totalidade: oposição e discurso econômico. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, n. 2, 1977.

COSTA, Gilmaisa Macedo. **Indivíduo e sociedade**: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács. Maceió: EDUFAL, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

DIAS, Edmundo Fernandes. Gramsci e a política hoje. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília (DF), ano 11, n. 27, jun. 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Volume 3 e 4.

HOBBSAWN, Eric J. **História do Marxismo II**: o marxismo da época da II Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Marxismo e teoria da literatura**. Expressão Popular, 2010.
- MCNALLY, David. Língua, história e luta de classe. In: WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy (Orgs.) **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo; UNICAMP, 2002.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: LECH, 1981.
- QUIROGA, Consuelo. **Invasão Positivista no Marxismo: Manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.
- SANTOS, Silvana M. M. desigualdade e diversidade. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, Silvana M. M. Política Social e diversidade humana: crítica à noção de igualdade de oportunidade. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Silvana M. M. **Ética em Movimento: Curso de capacitação para agentes multiplicadores/as**. Brasília: CFESS, 2016. (Ética e direitos humanos, Módulo 3).
- TERTULIAN, Nicolas. Marx: uma filosofia da subjetividade. **Revista Outubro**, n. 10, 2004.
- TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.
- TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- TONET, Ivo; NASCIMENTO, Adriano. **Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política**. Rio de Janeiro: Alfa-ômega, 2009.
- WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (Orgs.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- WOOD, Ellen Meiksins. O que é (anti) capitalismo?. **Revista Marxista**, São Paulo, n. 17, 2003.

Silvana Mara de Moraes dos SANTOS

Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED) da UFRN.
